

**ATA DA 36ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS E 17ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO,
REALIZADAS, EM CONJUNTO, EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 15/10/2002

Início: 9:45 hs

Término: 17:40 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência justificada)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Carlos Martins Borges - ANEEL (borges@aneel.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Danielle Mancin - MIN (danielle.mancin@integracao.gov.br)
Gustavo Campos - SRH/MMA (gocampos@zipmail.com.br)
Joaquim Gondim - ANA (Joaquim@ana.gov.br)
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)
José Di Bella - ABANI (di_bella@uol.com.br)
José Moacir Brito Soares Santana - CERB (jmoacir@cerb.ba.gov.br)
Maria Bebiana Castanho - Min. Transportes
Maria Cristina Yuan - IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmonte@ig.com.br)
Rodopiano M. Evangelista (rodopiano@pocos.net.com.br)
Sonia Maria de Brito Mota - ANA (soniamota@ana.gov.br)
Wilde Cardoso Gontijo Jr. - ANA (wilde@ana.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quinze de outubro de 2002, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL e da Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP, iniciou a reunião conjunta das referidas Câmaras, respectivamente, 36ª e 17ª (**Anexo I - Pauta**). Deu boas vindas a todos e sugeriu o início dos trabalhos pelo item 3 de pauta, que era específico da CTIL, sobre o pedido de prorrogação, por mais seis meses, do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (**Anexo II**). Fez um breve histórico sobre a criação do referido Comitê e ressaltou a importância do mesmo no contexto do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em discussão a matéria, foi questionada a diferença entre a data de término dos trabalhos da Diretoria Provisória, prevista no Cronograma de Trabalho encaminhado para dia 28 de março de 2003, e a data solicitada para a prorrogação do mandato, 3 de julho de 2003. O Dr. Wilde esclareceu que as datas previstas no Cronograma contemplavam um planejamento mínimo e que o pedido de prorrogação do mandato estaria prevendo possíveis ajustes necessários durante o processo. Após discussões, com alterações na forma do texto do ofício enviado pela Diretoria

Provisória, foi aprovado o encaminhamento favorável, à Plenária do CNRH, da solicitação de prorrogação de mandato da Diretoria Provisória do referido Comitê (**Anexo III**). Dando prosseguimento à reunião e em atendimento à pauta, o Dr. Julio Thadeu solicitou a aprovação da Ata da reunião conjunta anterior, a qual foi aprovada com modificações. Em seguida, foram iniciados os debates relativos à proposta de resolução que estabelece critérios gerais para análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados, item 4 da pauta (**Anexo IV**). A Dra. Cristina Yuan desculpou-se e disse que, por motivos particulares, não pôde agendar reunião do Grupo de Trabalho criado para discutir a referida proposta de resolução; desta forma, sugeriu que nesta reunião fossem discutidas as propostas encaminhadas à Secretaria Executiva. O Dr. Julio Thadeu salientou que, como as referidas propostas foram díspares, não foi possível à Secretaria Executiva consolidar um documento único. Durante os debates, foram levantados questionamentos sobre a atribuição do CNRH de deliberar sobre projetos de grande vulto, inclusive sua exequibilidade. A Dra. Cristina Yuan opinou que, como ponto de partida dos trabalhos, deveriam ser definidos o que são projetos que extrapolam o âmbito dos estados. O Dr. Julio Thadeu lembrou que existe também a possibilidade de se estabelecer filtros para a indicação dos projetos a serem encaminhados para análise do CNRH, além dos conflitos, que seriam encaminhados após o cumprimento das respectivas instâncias recursais. O Dr. Rodopiano disse que a existência de conflito era uma condicionante clara para encaminhamento ao CNRH. A Dra. Dalvacir argumentou que a questão dos conflitos estava explícita no inciso II, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997; acrescentou que o presente caso referia-se à regulamentação do inciso III. A Dra. Cristina Yuan reforçou que a intenção seria discriminar os projetos a serem encaminhados ao CNRH, apesar da possibilidade da ocorrência de esquecimentos. A Dra. Sonáli lembrou que todo projeto deveria ser aprovado pelo Comitê da bacia hidrográfica e estar contido em seu Plano de recursos hídricos e, do mesmo modo, quando provocasse repercussões em outra bacia, deveria ser aprovado pelo Comitê e contido no Plano de recursos hídricos da mesma; entretanto, concluiu, o interesse nacional sobre qualquer projeto somente poderia ser avaliado no âmbito do CNRH. O Dr. Cabral destacou que algumas questões conceituais não estavam suficientemente resolvidas, o que impedia o bom andamento dos trabalhos. O Dr. Gondim opinou que o pedido de outorga de uso dos recursos hídricos seria uma forma de entrada de um projeto dentro do sistema; entretanto, destacou, ficaria a questão de quem e como um projeto seria encaminhado ao CNRH; lembrou também os problemas que seriam encontrados na implementação de projetos localizados em bacias hidrográficas ainda não estruturadas em termos de comitê e do plano de recursos hídricos. A Dra. Sonáli reforçou que os projetos que deveriam aportar ao CNRH seriam os que extrapolassem a área de atuação dos Comitês, definida no art. 37 da Lei nº 9.433, de 1997. A Dra. Bebiana disse entender que as dúvidas estariam baseadas em conceitos não satisfatoriamente definidos; questionou a necessidade de existência da resolução em discussão. O Dr. Leal propôs a fixação de parâmetros que seriam referência para definição dos projetos a serem encaminhados ao CNRH. O Dr. Julio Thadeu lembrou que existem projetos que passam obrigatoriamente pelos órgãos gestores, o que já se constituía num filtro; propôs a inclusão, na proposta de resolução, de item prevendo que qualquer Conselheiro poderia, se julgasse procedente, solicitar projeto para deliberação do CNRH. O Dr. Roberto Monteiro disse que as discussões não deveriam se ater a questões pontuais e ressaltou que as repercussões políticas de um projeto também levariam a solicitações de deliberação do CNRH; salientou que o Conselho deveria agir também de forma proativa neste caso. A Dra. Cristina Yuan questionou a conveniência da elaboração da proposta de resolução em discussão; disse que o CNRH tem competência de estabelecimento de diretrizes gerais com características de abrangência nacional e neste caso, estariam sendo tratadas questões pontuais; com isso, questionou a competência do CNRH em fazê-lo. O Dr. Jair concordou com a colocação da Dra. Cristina Yuan e interrogou se o CNRH deveria deliberar quanto à exequibilidade dos empreendimentos e também sobre o caráter licenciatório dos mesmos; destacou o caráter político do inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997; salientou que a deliberação sobre projetos deveria ser, em primeira instância, decidida no nível dos comitês de bacia; disse que a definição de projetos que extrapolam o âmbito dos estados era muito abrangente e, concluindo, propôs que fosse dado um tempo para a realização, por cada membro da CT, de uma reflexão mais ampla sobre as questões relativas à presente resolução. O Dr. Julio Thadeu salientou a existência de caminho administrativo determinado pelo SINGREH e citou o Parágrafo único do art. 38, da Lei nº 9.433, de 1997; salientou que as discussões estavam indicando que a análise e deliberação sobre projetos, pelo Conselho, somente ocorreria com a existência de conflitos. O Dr. Gondim destacou a importância da

definição da palavra repercussão, uma vez que a mesma permitia que a abrangência do inciso III atingisse projetos de qualquer vulto. Neste momento, às 12:35 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 15:00 horas. Foi dada continuidade aos debates sobre a proposta de resolução que estabelece critérios gerais para a análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados. O Dr. Julio Thadeu lembrou da necessidade de resposta à Plenária do CNRH; propôs a elaboração de nova proposta de resolução na qual os considerandos seriam utilizados para explicar o contexto das discussões ocorridas e um artigo único diria que os outros incisos do art. 35 abrangiam o inciso III. A Dra. Sonáli salientou que qualquer projeto poderia, a qualquer momento, ser chamado para análise do Conselho; defendeu a inclusão de artigo explicitando isso. O Dr. Hugo disse concordar com o encaminhamento de uma proposta de Resolução mais objetiva e acompanhada de exposição de motivos. A Dra. Célia ressaltou a importância de que a Resolução não se limitasse a apenas repetir o que já está estabelecido por Lei. O Dr. Cabral falou que deveriam ser previstas outras formas de encaminhamento de projetos ao CNRH, além dos solicitados pela Plenária. O Dr. Julio Thadeu ressaltou que o estabelecimento de filtros para o encaminhamento de projetos para análise do CNRH atingiria dois objetivos: a restrição do número de projetos encaminhados e, a determinação de que os mesmos tivessem vencido instâncias administrativas inferiores. O Dr. Jair advertiu que a proposta de resolução poderia estar referendando um equívoco da Lei ou seja, a redação do inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997. O Dr. Cabral, por sua vez, advertiu que a CTAP não tinha demandas que justificassem a necessidade de regulamentação do citado inciso III. O Dr. Julio Thadeu ponderou que as discussões estariam levando ao consenso da não necessidade atual de elaboração da proposta de Resolução; com isso, concluiu, seria necessária a elaboração de documento explicativo dos motivos; finalizou solicitando registro do seu voto favorável à resolução regulamentando o inciso III. O Dr. Jair disse entender que as CTs deveriam se pronunciar para demonstrar a impropriedade do inciso III; com relação à forma de deliberação do CNRH sobre projetos, considerou imprópria a definição da exequibilidade dos mesmos. O Dr. Julio Thadeu disse entender que deliberar abrangia uma gama de atitudes que iam da recomendação à decisão, contando inclusive com o veto. O Dr. Leal opinou ser difícil a definição da forma de deliberação sem o prévio conhecimento do que poderia ser encaminhado. O Dr. Wilson disse entender que a regulamentação do inciso III seria de suma importância para que o CNRH exercesse sua atribuição de órgão máximo do SINGREH. O Dr. Jair falou que o CNRH deveria ser proativo na solicitação de encaminhamento de projetos, observada a manifestação da instância administrativa dos comitês; ocorrendo desta forma, concluiu, o CNRH deveria se manifestar sobre a importância, a conveniência e a oportunidade de grandes projetos de interesse regional ou nacional. Complementando, o Dr. Rodopiano ressaltou a existência da instância administrativa dos conselhos estaduais. As discussões levaram a duas proposições para a questão da proposta de resolução, quais sejam: a resolução não era oportuna e as CTs deveriam elaborar justificativa para tanto, a ser encaminhada à Plenária; ou, a proposta de resolução seria elaborada estabelecendo filtros para o encaminhamento de projetos ao CNRH, contemplando as instâncias administrativas inferiores e a possibilidade de solicitação de encaminhamento de projetos por parte significativa dos Conselheiros. A Dra. Cristina Yuan propôs que a discussão fosse encaminhada ao Grupo de Trabalho e que o mesmo ficaria encarregado de elaborar textos para os dois casos acima citados. A proposta foi aceita e a reunião do GT agendada para os próximos dias 24 e 25 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro. A próxima reunião conjunta das duas CTs ficou marcada para o dia 7 de novembro deste ano. Já em assuntos gerais, o Dr. Cabral referiu-se à discussão, na VIII Reunião Extraordinária do CNRH, da proposta de Resolução da ANA regulamentando o Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001; salientou que, diante dos questionamentos levantados, a representante da ANA, Dra. Dilma Celi Pena Pereira, propusera sua revisão por aquela Agência e reapresentação ao Conselho no prazo de seis meses, diante do que a Secretaria Executiva deveria estar acompanhando a adoção das sugestões. O Dr. Julio Thadeu disse que a Secretaria Executiva recebera e estava analisando, correspondência encaminhada pela ANA comunicando a publicação da Resolução em questão. O Dr. Cabral solicitou que, de acordo com o que havia sido recomendado naquela reunião do Conselho, o assunto fosse incluído como item da pauta da próxima reunião conjunta da CTIL e CTAP, com o que concordaram os presentes. Neste momento, às 17:40 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Aprovada na 38ª reunião, realizada em 7 de novembro de 2002.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator